

REQUERIMENTO PARA LICENÇA MENSAL

Excelentíssimo(a) Senhor(a) Delegado(a) de Polícia Civil,

O requerente abaixo qualificado, com fulcro na Resolução nº 28/GAB/DGPC/PCSC/2022, que regulamenta os atos internos relativos à fiscalização de jogos e diversões públicas, no âmbito do Estado de Santa Catarina, requer à **Polícia Civil do Estado de Santa Catarina, responsável pela a fiscalização de jogos e diversões públicas**, nos termos do artigo 106, inciso VI, da Constituição Estadual, a expedição de licença mensal, conforme dados declarados abaixo:

QUALIFICAÇÃO DO REQUERENTE

Nome completo			
Data de nascimento		CPF	
Logradouro			
Bairro		Nº	
Cidade		CEP	
Contato		e-mail	

DADOS DO ESTABELECIMENTO

Nome empresarial			
Nome fantasia			
CNPJ			
Logradouro			
Bairro		Nº	
Cidade		CEP	
Responsável legal			
Contato		e-mail	

ATIVIDADE DESENVOLVIDA

Atividade desenvolvida														
Dias de funcionamento	SEG	<input type="checkbox"/>	TER	<input type="checkbox"/>	QUA	<input type="checkbox"/>	QUI	<input type="checkbox"/>	SEX	<input type="checkbox"/>	SAB	<input type="checkbox"/>	DOM	<input type="checkbox"/>
Horário de funcionamento	das		às											
	das		às											
Capacidade de público	para		pessoas.	Área vistoriada:		m².								
<small>De acordo com CBM/SC</small>														

OBSERVAÇÕES

--

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS QUE INSTRUEM O REQUERIMENTO

- I - documentos de identificação do responsável pelo estabelecimento com o nº do Cadastro de Pessoa Física - CPF;
- II - Comprovante de Residência atualizado do responsável pelo estabelecimento;
- III - procuração do requerente com poderes específicos para o requerimento, sendo o caso;
- IV - estatuto social, contrato social ou requerimento de firma individual, conforme o caso, registrado na Junta Comercial;
- V - comprovante atualizado de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) emitido pela Receita Federal do Brasil (RFB);
- VI - comprovantes dos pagamentos das taxas (DARE) para o serviço principal e para vistoria, emitidos separadamente via Sistema de Administração Tributária – SAT (Receita 2135).
- VII - autorização para localização e funcionamento expedida pela prefeitura municipal ou documento público equivalente;
- VIII - autorização expedida pela Vigilância Sanitária;
- IX - atestado de vistoria para funcionamento expedido pelo Corpo de Bombeiros ou documento equivalente;
- X - certidão de pressão sonora atestando o isolamento acústico expedida pelo órgão ambiental municipal competente ou, na sua ausência, documento equivalente;
- XI - contrato com empresa de segurança privada devidamente autorizada na forma da legislação vigente;

***** Estou ciente de que a abertura do processo refere-se à análise do pedido de autorização e não implica no seu deferimento. A licença mensal, após ser emitida, será entregue somente ao responsável legal, procurador ou pessoa formalmente indicada para o recebimento da autorização. *****

Nestes termos, pede deferimento.
